

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL/CNER: PREPARAÇÃO DE PROFESSORAS “MISSIONEIRAS”

Nilce Vieira Campos Ferreira (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – Brasil)

A instituição da Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, ocorreu no Brasil a partir de 1952. Uma das ações empreendidas no âmbito da CNER objetivava capacitar e/ou formar professores para atuar nas zonas rurais, segundo um imperativo: os cursos normais regionais deveriam seguir as diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), mas em nível internacional deveriam atender à Recomendação nº 08 da UNESCO (1936) naquilo que concernia à organização da educação rural. A conferência realizada em Genebra em 13 de julho de 1936, em sua quinta sessão, recomendava que a escola rural, com o objetivo de dar um ensino puramente agrícola deveria ser abolida. Ao mesmo tempo propunha que os trabalhos educativos nas escolas rurais fossem complementados ou facilitados por meio do desenvolvimento de atividades extracurriculares como a formação de líderes comunitários; dos clubes de mulheres; da instituição de bibliotecas rurais ambulantes; da exibição de filmes educativos; implantação das missões culturais e educacionais; cursos por correspondência, entre outras ações. A organização, as disciplinas e, sobretudo as práticas ensinadas nas escolas rurais brasileiras, na CNER, encontraram, portanto, subsídios nas Recomendações nº8 de 1936, elaborada no âmbito das políticas internacionais capitaneada pela UNESCO. O modelo das missões rurais trazido do México por Manoel Bergström Lourenço Filho (2001) inspirava atividades educativas no ensino rural e propunha reformas no âmbito das políticas educacionais, estabelecendo medidas de desenvolvimento da educação rural e melhorias das instalações escolares rurais para que as famílias permanecessem no campo. Para este pedagogo brasileiro, o problema da educação rural brasileira era de natureza complexa, pois não se poderia admitir a fórmula simplista de que a escola elementar pudesse “fixar o homem no campo”, desde que ensinasse, ou se pretendesse ensinar às crianças, rudimentares técnicas agrícolas e de defesa da saúde. Ele julgava ser preciso que escola primária considerasse o ambiente de trabalho, sendo desejável e necessária a preparação dos mestres e outras medidas de maior envergadura que incluíssem serviços de educação de adolescentes e adultos analfabetos; as “missões rurais”, a difusão de outros modos e recursos de ensino como exemplo, o cinema; melhoria das instalações escolares, a organização regional de formação dos professores, atendendo às necessidades de vida em cada ambiente. (LOURENÇO FILHO, 2001). As escolas existentes no meio rural se apresentavam, portanto, segundo Lourenço Filho (2001), tanto se considerarmos a história de seu funcionamento quanto dos recursos a elas destinados, caracterizadas pelos insuficientes investimentos do poder público em equipar e dotar essas instituições de ensino de condições favoráveis ao atendimento da população. Cabendo, por conseguinte, um novo formato para a educação rural. Nesse sentido, o nosso interesse pela temática em foco objetiva a discussão dessa contradição verificada entre a importância desempenhada pela campanha empreendida pela CNER para formar professoras para a atuação no Brasil rural dos anos de 1950 a 1963. Portanto, estabelecemos uma discussão a partir da história dos cursos normais rurais no

âmbito da CNER, no período de 1952 quando a CNER foi implantada até 1963 quando a campanha foi extinta.

Palavras-chave: Curso Normal Rural. Campanha Nacional de Educação Rural. Formação de Professoras brasileiras.